



BALANÇO DA INTERVENÇÃO DOS DEPUTADOS DO PCP NO PARLAMENTO EUROPEU (2009-2011)

I

Introdução

Este documento pretende, ainda que em linhas gerais e sem esgotar todo aquele que foi o trabalho dos deputados do PCP no Parlamento Europeu durante a primeira metade do mandato 2009/2014, prestar contas aos portugueses da intensa actividade do PCP no Parlamento Europeu nos últimos dois anos e meio.

Uma dedicada, qualificada e muito diversificada intervenção que, honrando os compromissos assumidos com o povo português nas eleições europeias de 2009 e tendo como princípio básico usar a política para servir o povo e o País e não para benefício próprio, assentou sempre em três concepções essenciais: servir os trabalhadores e o povo português e ser a voz no Parlamento Europeu da sua luta em defesa dos seus interesses, direitos e aspirações; pôr o interesse nacional e a defesa da soberania do povo português acima de quaisquer outros interesses; dar uma decidida contribuição, no seio do Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia / Esquerda Verde Nórdica para a luta por uma outra Europa dos trabalhadores e dos povos, de nações soberanas, iguais em direitos e em deveres.

Na análise das centenas de reuniões, intervenções, visitas, deslocações, debates e outras iniciativas dos deputados do PCP ao Parlamento Europeu que cobriram os mais diversos sectores da vida económica e social e todos os distritos e regiões autónomas, são possíveis identificar os oito eixos de luta por uma outra Europa assumidos pelo PCP na sua declaração programática das eleições europeias de 2009: 1 - Em defesa da democracia e da soberania nacional; 2 - pelo emprego e os direitos dos trabalhadores; 3 - pela produção nacional, pelo progresso económico e social; 4 - pela defesa dos serviços públicos; 5 - pela efectivação dos direitos e a igualdade, contra todas as formas de discriminação; 6 - pela defesa do ambiente e a salvaguarda dos recursos naturais; 7 - pela promoção da cultura e língua portuguesas; 8 - pela paz, a amizade e a solidariedade com todos os povos do mundo.

Este balanço, intermédio e ainda que incompleto, é mais uma vez a prova que o PCP, interligando a luta institucional com a luta de massas, sabe honrar os seus compromissos e interpretar os anseios e aspirações não só daqueles que pelo seu voto confiaram ao PCP as responsabilidades de os representar nas instituições, mas dos trabalhadores e do povo português que cada vez mais se vêm agredidos por políticas europeias e nacionais contrárias aos seus direitos e ao direito ao desenvolvimento económico e social de Portugal.

II

Actividade no Parlamento Europeu

Conselho Europeu

UE 2020 – seguimento do Conselho informal de 2010

Os deputados do PCP defenderam a necessidade de acabar com o Pacto de Estabilidade e de o substituir por um Pacto de Desenvolvimento e Emprego, que dê prioridade à criação de empregos com direitos e ao aumento da produção; o rompimento com a dita Estratégia de Lisboa, com aposta em serviços públicos de qualidade e equipamentos sociais, que promova a igualdade e os direitos das mulheres, e uma política orçamental que agilize a atribuição de apoios comunitários, antecipe e facilite a sua transferência para Estados-membros com maiores dificuldades, que reduza ou acabe com a obrigatoriedade das comparticipações nacionais nos países de maior fragilidade económica e social.

Medidas transitórias relativas à composição do Parlamento Europeu

Os deputados do PCP rejeitaram o rumo federalista da UE, nomeadamente na tentativa de uma maior subordinação das legislações nacionais aos interesses da UE; a proposta de criar "um procedimento uniforme" eleitoral nos Estados-membros.

Estabilidade Financeira na área do euro

Os deputados do PCP defenderam a alteração dos estatutos e das orientações do BCE para que os seus empréstimos sejam feitos directamente aos Estados-membros à taxa de 1%, como fazem aos bancos privados; a aplicação de uma taxa sobre os movimentos de capitais e a tomada de medidas necessárias para acabar com os paraísos fiscais e os mercados de produtos derivados, com vista ao fim da especulação sobre a dívida soberana; o aumento do orçamento comunitário para uma verdadeira prática da coesão económica e social.

Grécia

Os deputados do PCP rejeitaram a exigência da UE para que o Governo Grego ponha em causa direitos fundamentais como contrapartida de empréstimos a taxas de juro ainda mais elevadas do que a do FMI. Defenderam um apoio a fundo perdido, vindo do orçamento comunitário, a título excepcional.

Conselho Europeu - Energia e Inovação

Os deputados do PCP rejeitaram o aprofundamento e "conclusão" do mercado único de electricidade e do gás; a concentração monopolista à escala da UE; o entendimento da "inovação" como um meio de "valorização de ideias no mercado" em vez de um meio necessário para responder aos desafios com que a humanidade se confronta.

Cimeira da Zona Euro e "governança económica"

Os deputados do PCP rejeitaram e condenaram a chamada “Governação Económica” e o “Pacto para o Euro Mais”, autêntica declaração de guerra contra os direitos sociais e laborais dos trabalhadores e povos da Europa e uma sentença de dependência de tipo colonial a países como Portugal; a concentração do poder económico e político nas potências europeias e a ofensiva contra a independência e soberania nacionais

Programas da Comissão Barroso

Os deputados do PCP votaram contra o programa da Comissão Barroso, de defesa dos conteúdos do Tratado de Lisboa que aprofundam, em vez de resolver, os graves problemas económicos e sociais que os trabalhadores e as populações enfrentam, no sentido do aprofundamento de políticas neoliberais, militaristas e federalistas.

Portugal – Renegociação da dívida

Os deputados do PCP defenderam uma atitude patriótica de renegociação da dívida; a suspensão imediata do Pacto de Estabilidade; dar folga à economia portuguesa, parando o agravamento do empobrecimento de milhões de portugueses; uma nova política virada para o crescimento económico e criação de emprego; a renegociação do QREN e a diminuição do valor das participações nacionais para accionamento destes fundos para um máximo de 10%.

Emprego e Assuntos Sociais

Direito dos trabalhadores

Na sequência de visitas e contactos em diferentes regiões do país, os deputados do PCP trouxeram ao Parlamento Europeu uma enorme diversidade de casos e situações de que são exemplos: a prevenção de riscos no trabalho; a situação dos trabalhadores das indústrias eléctricas em Braga; a situação na FERRO em Vila Franca de Xira; a situação dos trabalhadores da Subercentro e a situação no concelho de Ponte de Sôr; a promoção condições laborais atractivas nas instituições públicas de I&D; a defesa dos direitos dos jovens trabalhadores científicos e dos jovens investigadores; a ameaça de despedimentos nos Estaleiros Navais de Viana do Castelo; o apoio aos trabalhadores da DELPHI; a situação na empresa Milopos; a defesa de medidas de combate ao desemprego; a situação da empresa SPdH Groundforce Portugal; o emprego nas indústrias do sector têxtil em Portugal; a reestruturação do grupo UNILEVER; os apoios comunitários à empresa Califa-Artalabel Industry, SA; os cursos de formação para desempregados; a defesa do emprego e apoios a empresas do sector automóvel; o desemprego e a precariedade no Vale do Sousa e Baixo Tâmega; os direitos dos trabalhadores da POCERAM; a discriminação de enfermeiras no hospital de Braga; o encerramento da fábrica COFACO na Ilha do Faial; a legislação que admite diferenças de tratamento com bases em critérios ligados à idade; a valorização do trabalho dos mineiros; a situação dos trabalhadores desempregados da Rhode; o encerramento da empresa Valsan; a situação dos Trabalhadores do Mar do Norte; a deslocalização da produção industrial; a situação dos trabalhadores dos aeroportos; o encerramento da multinacional EDSCHA em Vendas Novas; os apoios à empresa METECNO Portugal; a situação da DELPHI e a deslocalização de multinacionais; a situação dos

trabalhadores da indústria automóvel em Portugal; a queixa sobre suspeita de prática de dumping comercial no sector do handling; a situação na GM/Opel; a eficiência das agências europeias no domínio do emprego, das condições de trabalho e da formação; o respeito pelos mecanismos nacionais de fixação dos salários; a luta dos trabalhadores contra o programa de agressão FMI-UE.

Luta contra a pobreza

No âmbito da *Plataforma Europeia contra a pobreza e a exclusão social*, foram denunciadas as consequências das políticas e dos programas ditos de austeridade, que agravam a pobreza e a exclusão social. Os deputados do PCP defenderam a necessidade de alterar profundamente as políticas comunitárias nas áreas económica, financeira e social, que estão na origem da pobreza actual. Defenderam um *Pacto para o Progresso e o Desenvolvimento Social*, que dê prioridade ao emprego com direitos, à inclusão social e à erradicação da pobreza.

Em diversas ocasiões, os deputados do PCP alertaram para o facto dos salários, e particularmente os salários mínimos, independentemente de serem definidos por lei ou por acordos colectivos, terem de assegurar um nível de vida digno

No âmbito do Ano Europeu de Luta contra a Pobreza os deputados do PCP participaram na *Mesa Redonda sobre Pobreza e Exclusão Social* e no *Fórum da Rede Europeia de Luta Contra a Pobreza*.

Foi também dada especial atenção:

- à necessidade de medidas adicionais de combate à pobreza, bem como à actualização do objectivo de retirar da pobreza 20 milhões de cidadãos até 2020, ou seja, de acordo com as estimativas mais recentes, apenas um em cada seis pobres de facto;
- à exigência de acções específicas para reduzir a pobreza infantil, melhorar o conhecimento sobre esta realidade e incluir o bem-estar da criança nas diferentes políticas sectoriais;
- à necessidade de adoptar medidas para garantir o acesso aos serviços de energia por parte da população mais pobre.

Rendimento mínimo

Os deputados do PCP defenderam, num relatório aprovado pelo Parlamento Europeu, “*o papel do rendimento mínimo no combate à pobreza e na promoção de uma sociedade inclusiva na Europa*”. Defenderam a *introdução de regimes de rendimento mínimo em todos os Estados-membros da UE, devendo ser fixados, no mínimo, em 60% do rendimento médio no respectivo Estado*, como meio de combate à pobreza.

Pessoas com deficiência

No âmbito da integração e mobilidade de pessoas com deficiência, os deputados do PCP propuseram e defenderam:

- Medidas para concretizar o direito à assistência pessoal a pessoas com diversidade funcional e para garantir uma vida independente a quem o desejar;
- A inclusão nos sistemas de ensino de respostas completas às necessidades educativas especiais, através de políticas públicas com apoios específicos;

- Medidas de apoio especiais destinadas às pessoas com deficiência com menores rendimentos, de forma a garantir que tenham igual acesso às TIC e não se criem novas exclusões sociais;
- Reforço do apoio financeiro às organizações de pessoas com deficiência;
- Apoio à concretização de parques infantis adaptados para crianças com necessidades especiais de mobilidade e outras;
- Ratificação pelos Estados-Membros da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;
- Reforço dos apoios às instituições que cuidam de cidadãos deficientes sem autonomia, como os deficientes mentais, designadamente para residências e técnicos de ensino e recuperação;
- Sistema de rotulagem em formato Braille nas embalagens de produtos industriais.

Estratégia para os sem-abrigo

Os deputados do PCP defenderam uma estratégia da UE para os sem-abrigo, que apoie os Estados-membros na elaboração de estratégias nacionais eficazes.

Foram feitas perguntas à Comissão Europeia para saber que medidas está a considerar para cumprir as reivindicações constantes de uma resolução do Parlamento Europeu sobre este assunto, assim como as orientações do relatório conjunto sobre Protecção Social e Inclusão Social.

Habitação

Os deputados do PCP defenderam o apoio à acção das cooperativas de habitação, ajudando a reverter as dificuldades que actualmente enfrentam, como sucede em Portugal. Defenderam a necessidade de flexibilizar e facilitar o acesso a empréstimos do Bando Europeu de Investimento por parte destas instituições.

Programa de distribuição de alimentos na UE

Os deputados do PCP insistiram para que a Comissão e o Conselho encontrem, no imediato, a forma de prosseguir o programa do regime de distribuição dos géneros alimentícios às pessoas mais carenciadas, na base dos 500 milhões de euros do orçamento comunitário. E que, para o futuro, apresentem uma proposta e um calendário para o cumprimento do regime de rendimentos mínimos.

Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização

Os deputados do PCP desenvolveram uma acção intensa para melhorar o funcionamento deste fundo. Propuseram que, tal como ocorreu para outros fundos comunitários, a taxa de co-financiamento dos Estados-Membros em maiores dificuldades deveria ser de apenas 5%, para fazer face ao desemprego devido ao crescente aumento de falências de diversos sectores económicos, como no caso de Portugal.

Livro Verde sobre o regime de pensões

Os deputados do PCP defenderam o estabelecimento de um conjunto de critérios comuns que ajudem a garantir sistemas de segurança social públicos e universais,

visando reformas justas, que permitam viver com dignidade e nunca sejam inferiores ao limiar de pobreza (60% do rendimento mediano de cada Estado-Membro).

Manifestaram uma clara oposição às propostas apresentadas pela Comissão e demonstraram que é possível melhorar as pensões e reformas sem aumento da idade legal da reforma, desde que haja mais emprego com direitos, designadamente para os jovens, melhores salários, uma mais justa tributação do sector financeiro e a taxação das transacções financeiras.

Serviços Públicos

Os deputados do PCP apresentaram propostas no sentido de defender os serviços públicos – a propriedade e a gestão públicas, com participação democrática dos utentes. nesses serviços públicos – em áreas essenciais ao bem-estar das populações, designadamente na saúde, na educação, na justiça, água, habitação, transportes, cuidados a crianças e idosos. Defenderam a garantia do acesso universal a serviços públicos de qualidade.

Os deputados do PCP consideraram que é necessário enfrentar a actual incerteza jurídica relativamente aos Serviços Sociais de Interesse Geral, clarificando que os bens públicos, os serviços públicos, os serviços de interesse geral e o sector sem fins lucrativos não estão subordinados às normas em matéria de concorrência, ajudas públicas, contratos públicos e mercado interno, mas que formam um sector orientado apenas pelo interesse público e organizado de acordo com o princípio da subsidiariedade, no âmbito da competência exclusiva dos Estados-membros e das respectivas autoridades regionais e locais.

Luta das populações e dos utentes dos serviços públicos

Os deputados do PCP reuniram, com frequência, em Portugal, com populações e utentes dos serviços públicos e trouxeram ao Parlamento Europeu as suas preocupações e as suas lutas, sob a forma de intervenções orais e de perguntas escritas à Comissão Europeia.

Orientações políticas para o emprego

Os deputados do PCP insistiram em propostas que alterem as políticas macroeconómicas existentes, suspendendo o Pacto de Estabilidade, pondo cobro aos processos de privatização e liberalização, dando prioridade ao emprego de qualidade e com direitos, com salários dignos e sem discriminação das mulheres, promovendo a dignidade de quem trabalha, através de um verdadeiro Pacto de Emprego e Progresso Social.

Tempo de trabalho rodoviário

Os deputados do PCP subscreveram uma proposta de rejeição da Directiva 2002/15/CE, relativa à organização do tempo de trabalho das pessoas que exercem actividades móveis de transporte rodoviário. Defenderam o combate ao dumping social, o direito à saúde e ao descanso dos trabalhadores do sector e a melhoria das condições de segurança rodoviária.

Reforma da Política Agrícola Comum

Os deputados do PCP defenderam uma modificação profunda da actual PAC, que inverta o rumo das últimas reformas – a desregulação e a liberalização dos mercados; a "orientação para o mercado" da produção; a sujeição às regras da OMC; a promoção de modelos de produção intensiva, de cariz exportador, à custa da ruína de milhares de pequenos e médios agricultores e da qualidade e segurança alimentares.

Os deputados do PCP defenderam e propuseram:

- A produção de alimentos saudáveis e de qualidade, de acordo também com as necessidades de protecção do ambiente;
- O reconhecimento do direito dos povos à soberania e à segurança alimentares, apoiando o desenvolvimento da produção nos Estados-membros mais deficitários;
- Instrumentos de regulação da produção, como o sistema de quotas de produção, adaptado às necessidades e ao nível relativo de desenvolvimento da capacidade produtiva dos diferentes Estados-membros;
- A introdução de medidas correctoras das diferenças existentes na distribuição das ajudas comunitárias entre países, produções e produtores;
- Um regime de ajudas à produção devidamente moduladas e com a fixação de limites máximos de atribuição (com isenção para a agricultura familiar e para as cooperativas de produção agrícola);
- A reutilização pelos Estados-membros das verbas obtidas através da modulação e do plafonamento, sem necessidade de co-financiamento para majorar as ajudas às pequenas explorações.

Preços justos à produção

- Instrumentos de regulação dos mercados e mecanismos de intervenção que garantam preços justos à produção;
- Estabelecimento de margens máximas de comercialização de bens alimentares, relativamente aos preços pagos aos produtores;
- Apoios à criação e ao funcionamento de sistemas nacionais de acompanhamento da formação e da evolução dos preços no retalho e nas grandes superfícies;
- Medidas contra a manipulação de preços e a cartelização, tornando transparente o processo de formação dos preços dos bens alimentares junto do consumidor final.

Medidas de regulação

- Manutenção do sistema de quotas leiteiras e sua adaptação às necessidades e nível de desenvolvimento da capacidade produtiva de cada país;
- Manutenção dos direitos de plantação da vinha;
- Manutenção das ajudas à destilação do álcool de boca e à destilação de crise, para além de 2012.

Travar a desertificação do mundo rural

- Travar e reverter a desertificação do mundo rural e o abandono da produção;
- Reconhecer o papel da pequena e média agricultura e da agricultura familiar;
- Instaurar um rendimento mínimo anual enquanto contributo para a estabilização do desenvolvimento rural.

Seguro agrícola público

- Criação de um seguro agrícola público, financiado por fundos comunitários, que permita garantir um rendimento mínimo aos agricultores em casos de catástrofes.

Comércio internacional orientado para a complementaridade

- Travar a desregulação e liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas;
- Saída da agricultura da OMC;
- Orientação do comércio internacional para uma lógica de complementaridade e não de competição entre países, produtores e produções;
- Instauração de medidas para conter o estrangulamento das economias agrícolas dos países em desenvolvimento.

Organismos Geneticamente Modificados

- A retirada das espécies de OGM já introduzidas na UE e o estabelecimento de uma moratória;
- O respeito integral pelo do princípio da precaução.

Medidas para impedir a especulação sobre os bens alimentares

Os deputados do PCP defenderam a adopção de medidas realmente eficazes para impedir a especulação exercida sobre os bens alimentares, nomeadamente propondo a proibição dos instrumentos que a viabilizam, como os derivados OTC.

Aumento dos preços dos alimentos

Os deputados do PCP denunciaram as causas da crise alimentar: as políticas agrícolas e comerciais que destroem a pequena e média agricultura, fomentam modelos de produção intensiva de cariz exportador e, por essa via, ameaçam a segurança e soberania alimentares; o aumento tendencial do preço do petróleo, em resultado da sua progressiva escassez; o enorme poder das multinacionais do agro-negócio que detêm o monopólio de factores de produção fundamentais; a crescente utilização de solo fértil para outros fins que não a produção de alimentos.

Intervenção em defesa da agricultura nacional

- **Defesa da preferência nacional**, através da criação dum sistema de obrigatoriedade de quotas de comercialização de produção nacional, tendo as importações um carácter supletivo da produção nacional;
- **Medidas especiais para apoiar o desenvolvimento da produção** agrícola, designadamente da pequena e média agricultura e da agricultura familiar, nos países com elevados défices agro-alimentares;

- **Apoio aos agricultores afectados por fenómenos meteorológicos extremos**, solicitando informações sobre apoios comunitários e procedimentos para os accionar de forma célere;
- **Apoios à agricultura familiar e aos jovens agricultores;**
- **Apoio à criação de raças bovinas autóctones** e às Associações e Cooperativas de produtores, aos seguros de crédito, e à inseminação artificial;
- **Apoio ao sector da produção leiteira**, incluindo à adaptação das produções de leite às exigências técnicas da UE, às novas instalações e à indústria de lacticínios;
- **Apoio financeiro às adegas cooperativas**, que inclua a abertura de linhas de crédito bonificado;
- Os deputados do PCP solicitam à Comissão Europeia mais apoios financeiros às Adegas Cooperativas existentes em Portugal.
- **Apoio ao olival tradicional**, à comercialização do azeite e defesa de uma discriminação positiva aos regimes de produção extensiva e ao cultivo de variedades autóctones;
- **Apoios à horticultura** e medidas de combate à poluição das águas do subsolo por nitratos;
- **Apoio ao sector da apicultura**, criação de um plano de orientação veterinária comunitário sobre a saúde das abelhas e o apoio a programas sanitários;
- **Problemas da produção e do abastecimento de açúcar;**
- **I&D aplicada à produção agro-pecuária e agro-industrial**, apoios comunitários a serem canalizados para o desenvolvimento de linhas de I&D aplicada à produção agro-pecuária e agro-industrial e o seu reforço;
- **Problemas específicos dos agricultores das regiões ultraperiféricas (Açores e Madeira)**, abertura de linhas de crédito bonificado de apoio aos agricultores, apoio à promoção e comercialização dos produtos insulares e à redução dos custos de transporte inter-ilhas;
- **Apoios ao investimento e ao desenvolvimento rural**, ao desenvolvimento de infra-estruturas agrícolas diversas, incluindo aproveitamentos hidroagrícolas, e apoio à reconversão ao regadio;
- **Apoios à agricultura biológica.**

Defesa da Floresta

- **Apoio aos pequenos proprietários florestais** e às associações de defesa da floresta;
- **Combate às espécies exóticas invasoras (*Acacia spp.*) e ao nemátode do pinheiro;**
- **Controlo e recuperação de áreas afectadas pragas e espécies invasoras;**
- **Apoio à reflorestação e à prevenção de incêndios florestais**, incluindo acções de ordenamento e limpeza da floresta;
- **Desenvolvimento de acções de monitorização florestal;**
- **Apoios ao montado** de sobro e azinho e à plantação de espécies autóctones (castanheiros, etc).

Reforma da Política Comum de Pescas

Os deputados do PCP rejeitaram as propostas da Comissão Europeia para a reforma da Política Comum de Pescas e apresentaram diversas propostas e soluções alternativas, entre as quais:

A defesa de uma gestão de proximidade, assente no conhecimento científico – que tenha em conta as especificidades das frotas, artes de pesca e dos recursos, em cada país e zona de pesca, e que envolva o sector na definição das políticas (e não apenas na sua execução);

O reconhecimento das especificidades da pesca de pequena escala, costeira, e da pesca artesanal e a defesa de um programa específico de apoio a este segmento da frota;

A melhoria dos rendimentos dos pescadores; a elevação do preço da primeira venda do pescado, considerando a introdução de mecanismos como os preços mínimos garantidos e as taxas máximas de lucro;

A garantia de mecanismos de apoio aos pescadores afectados pelas repercussões económicas e sociais dos planos de recuperação de stocks, planos de gestão multi-anuais e de outras medidas de protecção dos ecossistemas marinhos, sempre que se justifique;

O reconhecimento da soberania dos Estados-membros sobre as suas águas territoriais, as zonas económicas exclusivas e as respectivas plataformas continentais;

A manutenção de uma área de reserva de acesso exclusivo destinada às frotas nacionais, de cada Estado-membro, considerando o alargamento desta área das actuais 12 milhas, para as 24 ou 50, consoante as plataformas continentais;

O apoio à renovação e modernização da frota de pesca, especialmente no que respeita à pesca costeira e artesanal, de pequena escala, promovendo a melhoria das condições de segurança e a sustentabilidade ambiental, com medidas que possibilitem a economia de combustível e melhoria da selectividade das artes;

A rejeição das concessões individuais transferíveis e da criação de mercados de concessões, direitos ou quotas de pesca.

Aquacultura

Os deputados do PCP defenderam o apoio à investigação no domínio da aquacultura, em especial no cultivo de espécies autóctones, visando um incremento da sustentabilidade ambiental da actividade. Propuseram, através de um relatório legislativo, uma definição rigorosa dos requisitos a que deverão obedecer as instalações aquícolas fechadas, nos casos de introdução de espécies exóticas, bem como a simplificação de determinados procedimentos administrativos.

Investigação marinha

Os deputados do PCP alertaram para as grandes lacunas que persistem no conhecimento sobre o estado dos ecossistemas marinhos e dos recursos haliêuticos e defenderam uma intensificação do esforço de investigação nesta área.

Tendo em conta as dificuldades criadas pelo VII^o Programa Quadro de Investigação à investigação nestas áreas, que não se encontram devidamente cobertas, os

deputados do PCP propuseram uma alteração das prioridades deste instrumento, de forma a contemplar devidamente a investigação marinha.

Medidas financeiras comunitárias relativas à execução da política comum das pescas e na área do Direito do Mar

Os deputados do PCP defenderam o aumento do financiamento comunitário na área do desenvolvimento de novas tecnologias a afectar ao sector de pesca e da aquacultura. Propuseram o aumento da taxa máxima de co-financiamento comunitário nos domínios da recolha, gestão e utilização de dados científicos, assim como no domínio do controlo das actividades de pesca.

Fundo Europeu das Pescas

Os deputados do PCP alertaram para a baixa taxa de execução do Fundo Europeu das Pescas e defenderam a adopção de instrumentos para promover uma melhor utilização do FEP, em especial por parte dos países, como Portugal, que enfrentam maiores dificuldades financeiras. Propuseram ainda a supressão temporária ou redução substancial do co-financiamento nacional em projectos de investimento produtivos.

Acordos de parceria no domínio da pesca

Os deputados do PCP acompanharam e intervieram activamente nos debates sobre os diversos acordos de pesca entre a UE e países terceiros, levantando questões como a da avaliação da consecução dos objectivos de cooperação dos acordos; a avaliação dos investimentos realizados; a sustentabilidade das pescarias; e os resultados, em termos gerais, da parceria nos países em desenvolvimento.

Foram acompanhados, entre outros, os acordos entre a UE e a Mauritânia, as Ilhas Salomão, a Guiné-Bissau, Marrocos e o Gabão.

Acordo de Pescas UE-Marrocos

Os deputados do PCP defenderam o direito do povo do Sara Ocidental à exploração dos recursos naturais existentes no seu território e denunciaram a inclusão das águas do Sara Ocidental (ilegal à luz do direito internacional) no Acordo de Parceria no domínio da pesca entre a UE e Marrocos.

Os deputados do PCP exigiram que a Comissão Europeia apoiasse, com compensações financeiras, os pescadores e armadores que pescavam ao abrigo do acordo, após a suspensão da sua prorrogação, de forma a não arcarem com os prejuízos decorrentes dos erros da própria Comissão.

Aumento dos preços dos combustíveis

Os deputados do PCP levaram a debate em sessão plenária o problema da subida acentuada do preço do petróleo, que veio agravar de forma significativa a crise com que se confronta o sector da pesca em vários países da UE. Defenderam a adopção de medidas de emergência e medidas para garantir a sustentabilidade do sector a médio-longo prazo.

Pequena pesca costeira e artesanal e produção de bens públicos

Os deputados do PCP defenderam o reconhecimento da multifuncionalidade do sector da pesca e, bem assim, a adopção de medidas específicas de apoio à pequena pesca costeira e à pesca artesanal, como a criação de um programa específico comunitário de apoio a este segmento específico

Combate à pesca ilegal não declarada e não regulamentada (INN)

Os deputados do PCP questionaram a Comissão Europeia sobre a rastreabilidade e controlo na UE de produtos provenientes de pesca INN, acções inspectivas e controlo de importações.

Defesa das pescas nacionais

Depois das visitas a diferentes regiões de Portugal e dos contactos com o sector, os deputados do PCP intervieram em torno de questões como:

- Apoio à construção de infra-estruturas, como portos, embarcadouros e outras;
- Apoio às paragens biológicas para defesa de recursos;
- Efeitos da importação de pescado na formação dos preços da primeira venda;
- Certificação de qualidade do pescado;
- Apoio à aquisição de dados sobre o estado dos ecossistemas marinhos, para a gestão dos recursos pesqueiros;
- Apoios às associações de produtores;
- Apoios às actividades tradicionais (como o marisqueio);
- Segurança no mar;
- Planos de Gestão de diversas pescarias;
- Rendimentos no sector da pesca;
- Apoios à comercialização de pescado nas RUP;
- Dificuldades de aplicação do Regulamento de controlo;
- Situação das mulheres na pesca.

Indústria e Energia

Os deputados do PCP defenderam medidas de apoio aos Estados-membros, possibilitando o desenvolvimento das produções nacionais, regional e local, em especial nos Estados mais deficitários, de economias mais débeis; defenderam a manutenção de um sector público na área da energia, fundamental para o desenvolvimento das indústrias e do emprego digno nos diferentes países.

Estratégia da Europa em relação às matérias-primas

Os deputados do PCP intervieram neste debate, considerando que as dificuldades de acesso aos recursos são indissociáveis do actual estágio de evolução da economia mundial e da crise sistémica que enfrenta. A natureza tem os seus limites que não são compatíveis com o sistema capitalista que tudo subordina à dinâmica do lucro e da acumulação.

União da Inovação

Os deputados do PCP defenderam que a inovação deverá ser norteadada por critérios de defesa do interesse público, de melhoria da qualidade de vida das populações, de promoção do bem-estar social e de preservação do ambiente e dos equilíbrios naturais. Apontaram domínios em que estes princípios deverão ser observados: a escassez e a eficiência do uso de recursos; a valorização e tratamento de resíduos; a qualidade e segurança alimentares; as mudanças demográficas; as novas epidemias; a conservação da natureza e da biodiversidade. Os deputados do PCP alertaram para as grandes desigualdades na UE, entre países, no que respeita à inovação.

Política industrial na era da globalização

Os deputados do PCP defenderam uma indústria próspera; exigiram uma outra política comunitária e de comércio externo na defesa das indústrias dos países de economia mais débil, como Portugal, em especial das PME, tornando-as mais eficientes na utilização de recursos, menos dependentes do carbono. Rejeitaram a liberalização do comércio internacional, a livre concorrência e o aprofundamento do mercado interno, assim como as parcerias público-privadas.

Indústria têxtil

Os deputados do PCP questionaram a Comissão sobre o impacto negativo da proposta de revisão do Sistema de Preferências Generalizadas e sobre os seus efeitos na indústria têxtil e vestuário. Pugnaram pela etiquetagem de têxteis e pela denominação de origem. Chamaram a atenção para as dificuldades existentes na importação de matérias-primas para sector têxtil. Questionaram a Comissão sobre a execução da rubrica orçamental para acções no domínio do sector têxtil e calçado, assim como sobre a aplicação do regulamento Reach à indústria têxtil.

Exploração do petróleo

Os deputados do PCP alertaram para os limites das reservas de petróleo mundiais e para a enorme dependência da humanidade desta fonte de energia primária. Defenderam a adesão ao Protocolo de Esgotamento, a definição de um plano que tenha em vista a boa e justa gestão deste recurso e a mitigação da sua carência.

Diversificação das fontes de energia

Os deputados do PCP defenderam a urgência de uma diversificação das fontes de energia e uma gestão criteriosa das reservas de combustíveis fósseis disponíveis.

Apoio comunitário ao desmantelamento de centrais nucleares

Os deputados do PCP defenderam a manutenção e vigilância de centrais nucleares após o seu encerramento; o tratamento dos resíduos, a sua armazenagem e descontaminação; a requalificação ambiental das instalações; a salvaguarda do emprego dos trabalhadores das centrais.

Infra-estruturas energéticas

Os deputados do PCP defenderam o carácter público das infra-estruturas energéticas, com a propriedade e gestão públicas das mesmas; a garantia do acesso universal à energia, em especial às PME; a erradicação da pobreza energética.

Indústria e defesa do interesse nacional

Os deputados do PCP dirigiram várias perguntas escritas à Comissão Europeia sobre temas tão diversos como, entre outros: a higiene, saúde e segurança no trabalho na indústria extractiva; o futuro da indústria naval; o apoio ao sector das rochas ornamentais e outras indústrias extractivas; a regulamentação dos preços do gás em Portugal.

Investigação

Os deputados do PCP intervieram activamente no debate sobre um futuro quadro estratégico comum para o financiamento da investigação e da inovação.

Transportes e turismo

Pacote Ferroviário

Os deputados do PCP intervieram activamente no debate sobre a liberalização do sector ferroviário, denunciando que a liberalização põe em causa um serviço de transporte público de qualidade, com segurança e a preços acessíveis às populações. Criticaram a separação total da gestão de infra-estruturas e das operações ferroviárias, que leva à privatização das áreas que dão lucro e deixam ao Estado as áreas onde são necessários avultados financiamentos.

Na base da avaliação de experiências de liberalização anteriores, consideraram que a desregulamentação do sector e a sua entrega a privados conduz à perda de postos de trabalho, à degradação das condições e direitos laborais, à redução de salários, ao aumento da carga laboral, à eliminação da circulação em regiões consideradas menos lucrativas, à deterioração das condições de segurança e ao aumento dos preços dos bilhetes, com o pretexto da harmonização, à escala europeia, de taxas e tarifas.

Criticaram a subordinação dos critérios de segurança no transporte ferroviário ficam subordinados às regras de concorrência no mercado único.

Financiamento da linha Porto-Vigo

Os deputados do PCP questionaram a Comissão Europeia em relação à exclusão da linha Porto-Vigo da rede transeuropeia de transportes.

Apoios comunitários

Os deputados do PCP questionaram a Comissão Europeia sobre os apoios comunitários ao desenvolvimento do transporte fluvial, à reabilitação de linhas ferroviárias e a infra-estruturas de circulação rodoviária.

Acordos de transporte no sector aéreo com países terceiros

Os deputados do PCP consideraram que estes acordos de liberalização se inserem no processo de liberalização em curso no sector do transporte aéreo. Os trabalhadores saem prejudicados porque facilita o dumping por parte das multinacionais, forçando a precariedade laboral.

Liberalizações e privatizações no transporte aéreo

Os deputados do PCP questionaram a Comissão Europeia sobre a privatização da TAP e concentração no sector do transporte aéreo na UE; o auxílio financeiro público a empresas de transporte aéreo; a liberalização dos serviços de assistência em escala nos aeroportos (handling), denunciando os seus efeitos.

Turismo

Os deputados do PCP afirmaram que o turismo é um importante factor de desenvolvimento económico, social e ambiental. Defenderam o turismo enquanto fonte de rendimento nas economias locais, em regiões desfavorecidas, para a promoção do emprego estável e com direitos, a melhoria das condições de trabalho, a promoção de vínculos contratuais estáveis e um nível de remunerações salariais equitativo e dignificante, valorizando também o património paisagístico, cultural, histórico e ambiental.

Ambiente

Água: um bem público!

Os deputados do PCP desenvolveram uma campanha em defesa da água pública. Promoveram uma Declaração Escrita sobre a protecção da água como bem público, assinada por 226 deputados do Parlamento Europeu. Assinalaram o Dia Mundial da Água, reafirmando o compromisso de defesa de um serviço público exclusivo de captação, tratamento, abastecimento e distribuição de água e insistiram na propriedade e gestão públicas dos recursos hídricos, sem qualquer subordinação às regras da concorrência.

Os deputados do PCP propuseram:

- A revisão da legislação relativa aos contratos públicos e concessões, de forma a garantir a propriedade e gestão públicas dos serviços de água;
- A garantia, por parte das instituições europeias e dos Estados-Membros, de que a totalidade dos cidadãos possa gozar do direito de acesso à água e ao saneamento, o que implica políticas tarifárias orientadas para a fruição universal dos serviços e não para a obtenção de lucros ou a recuperação de capital.

Cimeira da Terra Rio+20

Os deputados do PCP denunciaram que o maior problema ambiental é um sistema económico e social predador e que não vale a pena tentar pintar de verde o capitalismo. São as actuais políticas comerciais, agrícolas, energéticas, industriais, e também económicas e financeiras, que devem ser postas em causa – em nome da defesa da Natureza.

Conferências sobre as Alterações Climáticas

Os deputados do PCP acompanharam os desenvolvimentos das conferências de Copenhaga, de Cancun e de Durban, tendo participado activamente na sua preparação e no debate sobre as suas conclusões.

Defenderam a necessidade de um substituto para o Protocolo de Quioto (pós 2012) e o cumprimento das metas de redução propostas do IPPC. Criticaram os mecanismos de flexibilidade, como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e outros malabarismos para abrir perspectivas de negócio em torno metas de redução.

Emissões antropogénicas relevantes para o clima

Os deputados do PCP rejeitaram e denunciaram as consequências perversas do mercado do carbono e das chamadas soluções de mercado. Em alternativa, propuseram uma abordagem normativa à limitação das emissões de gases susceptíveis de interferir com o clima terrestre, que tenha em conta as potencialidades abertas pelos avanços científicos e técnicos, a situação concreta de cada país e a imprescindível alteração profunda do modo de produção actualmente dominante à escala mundial.

Emissões industriais

Os deputados do PCP defenderam a necessidade de garantir que o funcionamento de uma instalação não implique uma degradação significativa da qualidade do ar, do solo e das águas subterrâneas. Defenderam a salvaguarda da saúde pública das populações e dos trabalhadores, a necessidade de ter em conta as características específicas das indústrias e dos diferentes operadores, assim como a necessidade de garantir o acesso a financiamento às micro e PME para a implantação e actualização tecnológica.

Emissões de veículos

Os deputados do PCP defenderam o aumento da eficiência energética dos veículos, a redução do consumo de combustíveis e o desenvolvimento de tecnologias hipocarbónicas, como uma orientação imprescindível para acautelar a progressiva e inexorável escassez dos combustíveis de origem fóssil.

Biodiversidade

Os deputados do PCP intervieram activamente no debate sobre as metas da UE para travar a perda de biodiversidade. Rejeitaram as patentes sobre a vida e os processos vitais, assim como qualquer intenção de se avançar para novas formas de apropriação privada da Natureza e dos seus recursos. Defenderam a protecção e valorização dos conhecimentos tradicionais e das práticas dos povos indígenas, a ligação entre a diversidade genética e a segurança alimentar mundial.

Biocombustíveis

Os deputados do PCP intervieram no debate sobre os impactos dos biocombustíveis, alertaram para os novos dados e estudos sobre este assunto e defenderam a introdução de uma moratória sobre a produção e importação de agrocombustíveis.

Intervenção na defesa do interesse nacional e de um melhor ambiente

- **Sobre o financiamento comunitário de redes de abastecimento e de saneamento**, nomeadamente sobre programas para apoiar as autarquias na construção e melhoria das redes públicas de distribuição de água potável e de saneamento;

- **Sobre os fenómenos de eutrofização de águas costeiras e de estuários;**
- **Sobre a qualidade das águas balneares na Europa;**
- **Sobre o problema dos resíduos**, do seu tratamento e destino final, defendendo apoios à remoção de resíduos perigosos e à descontaminação de solos;
- **Sobre o ponto de situação da implementação do regulamento REACH;**
- **Sobre a requalificação ambiental de áreas afectadas por actividades extractivas** e outras actividades industriais;
- **Sobre a requalificação ambiental de frentes ribeirinhas** urbanas;
- **Sobre o tratamento das lamas de ETAR** e suas aplicações na agricultura;
- **Sobre as consequências ambientais de espécies exóticas invasoras;**
- **Sobre a defesa dos caudais ecológicos**, a reabilitação de bacias hidrográficas e de galerias ripícolas.

Prevenção de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem

Os deputados do PCP propuseram:

- A criação de um quadro financeiro apropriado à prevenção de catástrofes;
- A definição de acções, alvo de apoio privilegiado da UE aos Estados-membros, para a correcção de situações indutoras de risco (por exemplo, ao nível da contenção da erosão costeira);
- A protecção e remodelação de zonas habitadas, nomeadamente urbanas, particularmente vulneráveis a determinadas tipologias de catástrofes;
- A criação de um Observatório Europeu da Seca, como centro de conhecimento, atenuação e controlo dos efeitos da seca;
- O lançamento de uma iniciativa específica no domínio da protecção da floresta e da prevenção dos fogos;
- O reforço dos sistemas de alerta precoce nos Estados-membros e da sua coordenação;
- A revisão do regulamento do Fundo de Solidariedade, adaptando os critérios de elegibilidade às características de cada região e catástrofe, dedicando especial atenção aos sectores produtivos, às zonas mais vulneráveis e às populações atingidas e permitindo uma mobilização mais flexível e atempada;
- O reconhecimento das características e constrangimentos naturais das regiões pouco povoadas e das regiões ultraperiféricas.

Solidariedade com as populações afectadas por catástrofes naturais

Os deputados do PCP defenderam a adopção de medidas de emergência, no apoio às populações afectadas por catástrofes naturais e na reparação e reconstrução de infra-estruturas públicas essenciais destruídas ou severamente afectadas, como sucedeu na Região Autónoma da Madeira, durante o temporal de Fevereiro de 2010. Os deputados do PCP visitaram várias regiões afectadas por catástrofes naturais, de norte a sul do país, defendendo a necessidade de restabelecer o potencial produtivo das zonas afectadas e os postos de trabalho; assegurar o restabelecimento de serviços essenciais de água, electricidade, saneamento e telecomunicações; a

reparação e construção de habitações; e a adopção das medidas necessárias à garantia do rendimento das famílias afectadas.

Incêndios

Os deputados do PCP defenderam medidas de apoio às áreas percorridas por incêndios florestais, bem como o apoio ao desenvolvimento de projectos de reflorestação das áreas ardidas. A propósito de vários incêndios ocorridos em Portugal, questionaram a Comissão Europeia sobre o sistema europeu de informação sobre incêndios florestais (EFFIS), e nomeadamente sobre o desenvolvimento de um mapa de combustibilidade da Europa.

Solidariedade com os povos de outros países

- Sismo no Haiti e situação um ano após catástrofe;
- Situação no Japão e alertas sobre a questão nuclear;
- Efeitos da tempestade Xyntia na Europa;
- Inundações em países da Europa Central, em especial na Polónia, na República Checa e na Hungria.

Assuntos Económicos

Relançamento da economia europeia

Os deputados do PCP criticaram a Comissão Europeia pela falta de concretização do Plano de Relançamento da Economia Europeia, lançado em finais de Novembro de 2008. Defenderam a adopção de estímulos e de apoios às economias, para dinamizar a actividade económica e aumentar o emprego.

Regulação do sector financeiro e outra política fiscal

Os deputados do PCP propuseram uma regulação eficaz do sector financeiro, pondo cobro à liberalização dos movimentos de capitais, aos paraísos fiscais, aos produtos financeiros derivados e ao funcionamento das agências de notação de crédito. Defenderam uma outra política fiscal, que contribua para o desenvolvimento económico, a justiça social e o equilíbrio das contas públicas, para o que pode contribuir o fim dos benefícios fiscais envolvidos nos paraísos fiscais, a taxação das mais-valias realizadas em bolsa e a introdução de uma taxa suplementar sobre lucros dos grandes grupos económicos e financeiros.

Crise das dívidas soberanas e resposta da UE

Os deputados do PCP denunciaram as consequências das políticas comunitárias; dos irracionais critérios do Pacto de Estabilidade; da política do euro forte; das orientações e estatutos do BCE – que não respeitam as especificidades das economias mais frágeis e que são responsáveis pela grave situação em países como Portugal.

Dívida externa portuguesa – suas causas

Os deputados do PCP apontaram as causas estruturais para o endividamento do país, denunciaram os efeitos do desmantelamento do aparelho produtivo nacional –

na indústria, na agricultura e nas pescas – e do processo de privatizações de empresas e sectores estratégicos da economia nacional. Estas são causas indissociáveis da própria dinâmica do processo de integração capitalista europeia. A adesão ao euro foi também responsável pelo aumento da dependência e da dívida do país.

Programa de agressão FMI-UE

Os deputados do PCP denunciaram e condenaram as chantagens e pressões exercidas pela UE, que estão a conduzir o país à recessão económica e ao retrocesso no plano social, com subida do desemprego e alastramento da pobreza e da exclusão social.

“Pacto para o Euro Mais”

Os deputados do PCP alertaram para o conteúdo e consequências do chamado “Pacto para o Euro Mais”, que impõe mais ataques aos salários e aos direitos sociais, o aumento da idade de reforma e uma maior precariedade laboral.

Encontro dos Ministros do Emprego do G20 em Washington

Os deputados do PCP defenderam que a prioridade deve ser dada à criação de emprego de qualidade e com direitos, cumprindo no mínimo as convenções da OIT.

Banco Central Europeu

Os deputados do PCP defenderam um efectivo controlo político democrático do funcionamento do BCE, garantindo a presença em igualdade dos Estados na sua direcção; uma profunda alteração das suas orientações e da sua falsa autonomia, que dê prioridade à resolução dos problemas económicos e sociais na UE e nos seus Estados-membros, ao crescimento e ao emprego.

Direitos especiais dos Estados nas empresas com participação pública

Os deputados do PCP manifestaram-se contra o fim dos direitos especiais dos Estados nas empresas com participação pública, em que o Estado não é maioritário, também denominados “golden shares”.

Defenderam a necessidade dos Estados retomarem o controlo de empresas de carácter estratégico, e em sectores estratégicos, tendo em vista a salvaguarda dos interesses nacionais e do superior interesse público.

Coesão e desenvolvimento regional

Política de Coesão e Desenvolvimento Regional

Os deputados do PCP propuseram o desenvolvimento de medidas e acções para reduzir as disparidades regionais, promover a convergência e estimular o crescimento e o emprego, redistribuir e compensar os custos do mercado único e da União Económica e Monetária para as regiões menos desenvolvidas.

Defenderam a ligação das ajudas públicas dos Fundos Estruturais a contratos de longo prazo com as empresas, com disposições relativas à localização, à duração e ao emprego permanente, entre outras.

Rejeitaram a subordinação da política de coesão às prioridades da "Estratégia UE 2020" e às suas orientações relativas às liberalizações e à desregulação das relações laborais.

Fundos Comunitários

Os deputados do PCP intervieram activamente sobre a atribuição de fundos comunitários e sobre o acompanhamento da sua execução.

Foram várias as perguntas feitas à Comissão Europeia. Entre estas, incluem-se: a mobilização atempada do Fundo de Solidariedade da UE para a Madeira; o balanço da aplicação do Regime de Pagamento Único e do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006; o financiamento para diversos projectos de desenvolvimento regional (por exemplo, o Metro do Porto); os níveis de execução do PROMAR e metas indicativas; os programas de desenvolvimento integrado, dirigidos ao apoio à produção, à criação de emprego com direitos e à construção de equipamentos sociais e infra-estruturas em regiões com carências sociais (por exemplo, no Alto Minho); a antecipação da mobilização dos fundos comunitários; as reduzidas taxas de execução do Fundo Europeu de Pescas, defendendo a eliminação ou redução substancial das contra-partidas nacionais exigidas; os apoios às PME; a denúncia do atraso na aprovação das candidaturas do PRODER; o regulamento do FEADER; o apoio a acções positivas a favor das mulheres; o risco de perda de fundos comunitários para Portugal.

Diminuição da comparticipação nacional

Os deputados do PCP defenderam o aumento das taxas de co-financiamento comunitário para os países de economias mais débeis, mais afectados pela crise, em especial para as regiões de "convergência", para as regiões menos desenvolvidas e as regiões ultraperiféricas. Defenderam igualmente o aumento dos fundos disponíveis para estes países e regiões, de forma a garantir que a diminuição da comparticipação nacional não corresponde a uma diminuição do investimento global realizado.

Orçamento comunitário

Os deputados do PCP defenderam um orçamento capaz de apoiar o crescimento, o desenvolvimento económico e o progresso social, que combata as desigualdades visando uma convergência real, uma genuína coesão económica e social, com um apoio dirigido às economias mais vulneráveis, a promoção do potencial de cada país, o uso sustentável dos seus recursos, com uma aposta na produção e na criação de emprego com direitos. Denunciaram a consecutiva sub-orçamentação do orçamento da UE e a sub-execução das suas verbas, especialmente no caso das economias mais vulneráveis. Propuseram a adaptação das regras de utilização das verbas, tendo em vista a sua utilização plena.

Os deputados do PCP fizeram, entre outras, as seguintes propostas em sede de debate orçamental:

- A defesa da criação de um Programa Europeu para o Emprego e o Desenvolvimento Sustentável, a que se afecte 1% do PIB da UE;

- O reforço significativo das verbas do Fundo Social Europeu destinadas a organizações de trabalhadores, além de projecto-piloto na área do combate ao trabalho precário;
- O reforço significativo do programa Progress;
- O reforço do programa LIFE+ e de outras acções no domínio do ambiente, em especial as dirigidas à gestão de áreas incluídas na rede Natura 2000;
- Novas acções e intervenções na área dos mercados de produtos da pesca, incluindo a favor das regiões ultraperiféricas;
- Criação de projectos-piloto na área da pesca, formação dos preços do pescado em primeira venda e criação de um sistema de seguro público para acontecimentos imprevisíveis.

Os deputados do PCP denunciaram:

- A falta de medidas para a promoção da justiça social, do emprego, das condições de vida digna das populações, da solidariedade e da cooperação;
- A redução, em termos reais, do orçamento comunitário;
- O aumento do financiamento dirigido à repressão da imigração (fundo para fronteiras externas - Frontex), ao intervencionismo e a ingerências externas e ao militarismo (Serviço Europeu de Acção Externa e fundo de garantia para a Política Externa de Segurança Comum);
- As insuficientes verbas para a "Coesão para o crescimento e o emprego", área prioritária para apoiar países mais atingidos pela crise;
- O corte de verbas nos serviços de interpretação e tradução, imprescindível ao funcionamento do Parlamento Europeu e à defesa do multilinguismo.

Perspectivas financeiras após 2013

Os deputados do PCP rejeitaram o aumento residual de 5% nos valores actuais do orçamento comunitário, considerando que assim está comprometido o objectivo da coesão económica e social.

Os deputados do PCP defenderam o reforço do orçamento comunitário para apoiar a coesão económica e social, o investimento em serviços públicos, o apoio à produção, a criação de emprego com direitos, a erradicação da pobreza, das desigualdades sociais e de todo o tipo de discriminações, designadamente de género.

Defenderam também a promoção da paz, da cooperação e do apoio ao desenvolvimento e uma forte redução das despesas militares e de representação externa.

Mercado Interno

Directiva Serviços

Os deputados do PCP rejeitaram a "Directiva Serviços" e a pressão que está a ser feita sobre os Estados-Membros, para a sua transposição para o direito nacional. Defenderam que deve continuar a caber a cada país o direito soberano de decidir sobre os serviços que deseja, incluindo os serviços públicos, a sua propriedade pública, forma de funcionamento e organização, os direitos dos trabalhadores e dos utentes.

Mercado Único

Os deputados do PCP chamaram a atenção para o facto do mercado único estar na origem das desigualdades crescentes no seio da UE, pois conduz à debilitação continuada das economias mais vulneráveis, à privatização de sectores fundamentais da economia, à mercantilização de cada vez mais esferas da vida social, ao ataque aos serviços públicos.

Directiva sobre os direitos dos consumidores

Os deputados do PCP apoiaram a nova proposta de acordo sobre a directiva europeia relativa aos direitos dos consumidores, pois melhora as normas de protecção dos consumidores.

Informação sobre géneros alimentícios prestada aos consumidores

Os deputados do PCP defenderam que o conhecimento, tão completo quanto possível e justificável, da composição dos géneros alimentícios constitui um direito fundamental dos consumidores. Consideraram que deve também existir informação sobre aditivos alimentares com efeitos alergénicos e a obrigatoriedade de indicação de origem em determinados produtos.

Informação relativa a Organismos Geneticamente Modificados

Os deputados do PCP condenaram a inexistência de obrigatoriedade de informação relativa à presença de OGM nos alimentos.

Respeito dos direitos de propriedade intelectual no mercado interno

Os deputados do PCP defenderam que os interesses de autores e das indústrias culturais devem ser salvaguardados, tal como deve ser dado um maior incentivo à criação e fomento das indústrias culturais.

Contrafacção, direitos de autor e patentes

Os deputados do PCP consideraram ser necessário o combate à contrafacção e à pirataria. Alertaram, todavia, que é preciso ter em conta a diversidade de sectores e não querer confundir direitos de autor com patentes.

Realização do mercado interno do comércio electrónico

Os deputados do PCP defenderam uma cadeia de fornecimento de comércio electrónico mais transparente, de modo a que o consumidor conheça sempre a identidade do fornecedor, bem como a sua designação comercial, o endereço geográfico, os dados de contacto e o número fiscal de contribuinte. É preciso que se salve sempre os direitos e interesses das crianças e jovens e das pessoas com dependências diversas.

Nova política comercial para a Europa no âmbito da Estratégia UE 2020

Os deputados do PCP defenderam uma política comercial assente na regulação e na complementaridade, em relações comerciais justas e equitativas, ao serviço do desenvolvimento e dos povos – e não das multinacionais e dos grandes grupos económicos e financeiros.

Indicação do país de origem de produtos importados

Os deputados do PCP defenderam e valorizaram a possibilidade de existência da "marcação de origem", considerando-a, entre outros aspectos, como um instrumento de defesa dos empregos industriais na Europa, nomeadamente nas pequenas e médias empresas; um instrumento contra o dumping social e ambiental.

Suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre importações nas regiões autónomas da Madeira e dos Açores

Os deputados do PCP apoiaram a introdução da suspensão temporária dos direitos autónomos da Pauta Aduaneira Comum sobre importações para alguns produtos industriais a fim de reforçar e assegurar a produtividade e emprego mais estável nestas regiões ultraperiféricas.

Comércio internacional

Acordos de Livre Comércio

Os deputados do PCP condenaram a progressiva desregulação e liberalização do comércio internacional, quer no âmbito da OMC, quer através de "Tratados de Livre Comércio". Denunciaram as consequências profundamente negativas do "livre comércio" para os trabalhadores e para a soberania dos povos; a apropriação por parte de multinacionais de recursos naturais e da biodiversidade; o aumento do desemprego; a ruína de milhões de pequenos agricultores e as ameaças à soberania e segurança alimentares.

Os deputados do PCP defenderam que o comércio internacional deve ser baseado em relações de complementaridade e não na competição, entre países, produtores e força de trabalho; deve ser orientado para o estabelecimento de relações económicas justas e equitativas, mutuamente vantajosas, ao serviço do desenvolvimento dos povos e dos países e não apenas de alguns grupos económicos e financeiros.

Acordo de comércio livre UE/Coreia do Sul

Os deputados do PCP condenaram o Acordo de Comércio Livre UE-Coreia do Sul, e as suas consequências desastrosas para o sector têxtil e vestuário, electrónica e indústria de componentes do sector automóvel. Defenderam medidas para salvaguardar esses sectores nos países da UE; mecanismos de defesa e salvaguarda face a exportações agressivas; medidas de promoção da produção local; um combate eficaz à deslocalização de empresas.

Acordo Livre Comércio UE-Marrocos e Sara Ocidental

Os deputados do PCP estiveram contra o Acordo para a liberalização do comércio entre a UE e Marrocos nos sectores agro-alimentar e das pescas, considerando que afectará os sectores produtivos mais débeis, nomeadamente na área das frutas e legumes; contribuirá para um maior abandono agrícola, para o aumento do desemprego e para a desertificação de zonas rurais.

Os deputados do PCP condenaram a inclusão de produtos ou matérias-primas provenientes do Sara Ocidental no âmbito deste Acordo.

Relações comerciais e económicas com a Turquia

Os deputados do PCP consideraram que a consolidação das relações económicas e comerciais entre a UE e a Turquia, nos moldes propostos, apenas vão beneficiar os grandes monopólios de ambas as partes, em claro prejuízo dos trabalhadores.

Os deputados do PCP defenderam que qualquer avanço nas relações com a Turquia seja condicionado ao fim da ocupação da parte norte de Chipre, pela Turquia.

Comércio de produtos agrícolas e da pesca entre a UE e a Palestina

Os deputados do PCP alertaram para o facto da aprovação deste acordo não poder servir para a Comissão ignorar o mais importante: reconhecer a independência do Estado da Palestina.

A estratégia da UE para as relações com a América Latina

Os deputados do PCP votaram contra esta estratégia porque ignora os problemas económicos e sociais que resultarão da assinatura dos Tratados de Livre Comércio, aceita como um facto incontestável a normalização das relações com as Honduras, ignorando o golpe de Estado e os assassinatos que ali têm vindo a ocorrer. Denunciaram a situação na Colômbia e as referências críticas implícitas na dita estratégia a países como a Bolívia e a Venezuela.

Sector da banana – multinacionais norte-americanas

Os deputados do PCP denunciaram as consequências da liberalização do comércio de bananas e reclamaram compensações para os produtores das regiões ultraperiféricas da UE, em especial da Madeira, e dos países ACP. Chamaram a atenção para as condições em que é efectuada a exploração de banana pelas multinacionais norte-americanas na América Latina, alertando para violações dos direitos humanos, para a expropriação de terras a populações indígenas e para condições de trabalho próximas da escravatura.

Acordo UE-Camarões relativo à legislação florestal

Os deputados do PCP alertaram para o problema da destruição das florestas tropicais, para a ameaça à integridade de recursos de extremo valor ecológico e conservacionista.

Cooperação e Desenvolvimento

Segurança alimentar nos países em desenvolvimento

Os deputados do PCP participaram na discussão sobre a definição de um quadro estratégico para ajudar os países em desenvolvimento a enfrentarem os desafios no domínio da segurança alimentar, considerando-a indissociável da necessária discussão sobre a coerência entre este objectivo e as políticas sectoriais da UE, como as políticas agrícola, comercial ou energética.

Agenda de Doha para o Desenvolvimento

Os deputados do PCP denunciaram o papel da Organização Mundial do Comércio (OMC), como um dos mais relevantes instrumentos da globalização capitalista, com

um papel fulcral na afirmação (e imposição) de um dos seus pilares: a desregulação e liberalização do comércio internacional.

O futuro do apoio orçamental da UE aos países em desenvolvimento

Os deputados do PCP defenderam o aumento do apoio orçamental aos países em desenvolvimento, em linha com os compromissos assumidos. Um apoio que, não pondo em causa a necessidade de assegurar uma utilização correcta e transparente dos fundos, não deverá confundir a necessária observância de requisitos técnicos com opções políticas, sobre as quais apenas e só aos países em desenvolvimento cabe decidir.

Prioridades do Fundo Europeu de Desenvolvimento

Os deputados do PCP defenderam a reorientação das prioridades do FED, de acordo com as necessidades e os interesses dos países em desenvolvimento. Instaram ainda a Comissão a melhorar as taxas de absorção do FED, a alargar os prazos para apresentação de propostas e a transferir as verbas não gastas durante o actual FED para o seguinte.

Redução da pobreza e criação de emprego nos países em desenvolvimento

Os deputados do PCP defenderam a redução da pobreza e a criação de emprego nos países em desenvolvimento, através de uma política de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento norteadas por uma genuína solidariedade e que contribua para a afirmação de um desenvolvimento autónomo e soberano destes países.

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

Os deputados do PCP alertaram para o previsível falhanço na consecução de vários dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, no prazo previsto. Defenderam, por isso, a necessidade de corrigir insuficiências e incoerências na política de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento da UE.

Segunda revisão do Acordo de Parceria ACP-CE (Acordo de Cotonu)

Os deputados do PCP rejeitaram a implementação de Acordos de Parceria Económica, que visam submeter os países em desenvolvimento a novas relações de dependência face aos interesses das multinacionais. Defenderam alterações ao Acordo de Cotonu, no sentido de defesa da soberania e segurança alimentares dos países ACP e o combate aos paraísos fiscais e aos produtos financeiros derivados.

Assuntos externos

O Sudão e o Sudão do Sul: situação após o referendo de 2011

Os deputados do PCP condenaram a intervenção do imperialismo na criação de estados de forma artificial e de acordo com os seus interesses geoestratégicos, visando o acesso e controlo de mercados, recursos naturais e força de trabalho; a reactivação de conflitos na disputa da fixação da fronteira.

Guantanamo: decisão iminente de pena de morte

Os deputados do PCP condenaram as sucessivas violações dos direitos humanos por parte das autoridades dos EUA – detenções arbitrárias e ilegais (incluindo de menores), a negação do direito a um julgamento justo, a prática de tortura e da pena de morte – algumas cometidas com a cumplicidade, demonstrada, de Estados-Membros da UE.

Defenderam a restituição a Cuba da soberania sobre Guantanamo, e o encerramento da base norte-americana.

Campanha anti-comunista na Lituânia

Os deputados do PCP condenaram a detenção de Algirdas Peleckis, presidente da Frente Popular Socialista da Lituânia, vítima da legislação anticomunista do país.

Situação em Madagáscar

Os deputados do PCP defenderam o processo de reconciliação do país, mas sem qualquer tipo de ingerência externa, nomeadamente por parte da UE.

Recomendação do PE ao Conselho referente à 66ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas

Os deputados do PCP rejeitaram a inaceitável exigência de um lugar na Assembleia-Geral da ONU e um lugar permanente no Conselho de Segurança.

Situação na Líbia

Os deputados do PCP no PE condenaram o massacre efectuado pela NATO, com milhares de mortes e que deixaram o país em ruínas; a corrida ao saque dos recursos do país e o chorudo negócio da reconstrução; a violação do Direito Internacional, da Carta das Nações Unidas e da própria Resolução do Conselho de Segurança 1973.

Palestina

Os deputados do PCP defenderam o direito da Palestina a ser membro de pleno direito das Nações Unidas.

Processo de paz no Médio Oriente, o reconhecimento do estado da Palestina e a posição da UE

Os deputados do PCP defenderam a criação de um Estado independente, soberano e viável da Palestina, nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém Leste como sua capital; que Israel acabe com os colonatos israelitas nos territórios ocupados, o fim imediato da construção de novos colonatos e o desmantelamento dos que foram construídos para além das fronteiras de 1967; a demolição necessária do muro de separação que divide e separa Jerusalém Leste do resto da Cisjordânia; o regresso de todos os palestinianos refugiados; a retirada das tropas israelitas de todos os territórios ocupados depois de 1967, incluindo dos Montes Golan, na Síria e do sul do Líbano; o fim de todos os bloqueios impostos por Israel às populações palestinianas (na Faixa de Gaza e na Cisjordânia).

Fim do bloqueio dos EUA a Cuba e da posição comum da União Europeia a Cuba

Os deputados do PCP defenderam que a UE assumira uma posição autónoma e defenda o fim do bloqueio económico a Cuba. Condenaram a injustiça da manutenção da Posição Comum da UE em relação a Cuba.

Repressão do regime do Bahrein sobre os participantes os protestos populares

Os deputados do PCP condenaram a repressão no Bahrein (com a participação activa das tropas da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos) exercida contra os participantes nos protestos populares por liberdades políticas e democráticas e por justiça social.

O direito inalienável do povo do Sara Ocidental à sua autodeterminação e independência

Os deputados do PCP defenderam negociações, sem condições prévias, com o objectivo final de garantir o exercício do direito inalienável do povo saharai à autodeterminação e independência.

Instrumento "Facilidade de Investimento na América Latina"

Os deputados do PCP defenderam que este instrumento vá sendo actualizado; que os seus objectivos prioritários sejam definidos; que este sirva para impulsionar o progresso social com a melhoria efectiva das condições de vida da população.

Imposto sobre transacções financeiras

Os deputados do PCP defenderam o fim dos paraísos fiscais e que os Estados-Membros apliquem impostos sobre transacções nos mercados financeiros e bolsistas, designadamente mais-valias.

Sara Ocidental

Os deputados do PCP condenaram veementemente os violentos incidentes ocorridos no acampamento de Gadaym Izik, no Sara Ocidental; os atentados à liberdade de imprensa e de informação. Defenderam a criação de um mecanismo de acompanhamento dos direitos humanos no Sara Ocidental

Comunicação Social na Hungria

Os deputados do PCP expressaram a sua preocupação face aos atropelos às liberdades de expressão e de informação.

Proposta de directiva sobre as normas aplicáveis à concessão e retirada de protecção Internacional no Estados-Membros

Os deputados do PCP criticaram os aspectos que restringem e condicionam o direito ao asilo, presentes nesta proposta.

Liberdades

Frontex

Os deputados do PCP estiveram contra as alterações sobre a gestão das fronteiras, a nível externo, da UE. Alterações que visaram o reforço do seu controlo, nomeadamente através da criação de equipas de guardas de fronteiras europeias, e que estabelecem a obrigatoriedade dos Estados-membros contribuírem com pessoal e com recursos materiais.

Os deputados do PCP denunciaram a intenção de dar mais poder ao Frontex para agravar a política repressiva de imigração da UE, que criminaliza os imigrantes e suas famílias, escamoteando que, em geral, ou fogem das guerras que a própria UE alimenta (como sucedeu na Líbia), ou apenas procuram melhores condições de vida.

Fluxos migratórios decorrentes da instabilidade

Os deputados do PCP denunciaram a política hipócrita da UE, de dois pesos e duas medidas, afirmando defender direitos humanos em países terceiros, mas deixando que situações graves, como em Lampedusa, persistam no seu próprio território.

Os deputados do PCP reclamaram uma política de prevenção, assente numa genuína e eficaz cooperação para o desenvolvimento, com uma visão política abrangente, que incluía sobretudo a solidariedade e a salvaguarda dos direitos humanos, o que hoje não acontece.

Alteração ao Acordo de Schengen

Os deputados do PCP condenaram as alterações ao Acordo de Schengen e os objectivos de aprofundamento do Sistema de Informação Schengen, do Frontex e de toda uma política de imigração que se baseia na criminalização da imigração.

Segurança da aviação e scanners de segurança

Os deputados do PCP denunciaram as tentativas de, a pretexto da segurança na aviação – uma questão, evidentemente, da maior importância, quer para os trabalhadores, quer para os passageiros, – pôr em causa direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

Cultura

Defesa do ensino em português na escola europeia

Os deputados do PCP denunciaram as tentativas de limitar o ensino em língua portuguesa na Secção Portuguesa da Escola Europeia, a pretexto de restrições orçamentais. Chamaram a atenção para as medidas que colocam em risco a qualidade do ensino nessa instituição. Defenderam o direito dos filhos dos funcionários das instituições europeias poderem frequentar a escola na sua língua materna, em especial no que respeita a disciplinas nucleares.

Defesa do princípio do multilinguismo na UE

Os deputados do PCP denunciaram, em múltiplas ocasiões, o desrespeito das instituições europeias – a Comissão e o Parlamento Europeu – pelo princípio do

multilinguismo. É o caso da ausência de serviços de interpretação de e para o português em comissões e delegações do Parlamento Europeu, em sessões da Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE; o atraso ou a ausência de tradução de documentos oficiais para o português; a constante atribuição de um estatuto de privilégio ao inglês, francês e alemão, em prejuízo das demais línguas oficiais da UE. Foram também denunciados, neste quadro de insuficiência, os cortes no orçamento do serviço de interpretação e tradução do Parlamento Europeu.

Apoios comunitários ao teatro

Os deputados do PCP dirigiram perguntas à Comissão Europeia sobre as possibilidades de acesso a fundos comunitários, para apoiar a organização de festivais internacionais de teatro e, bem assim, a actividade de companhias teatrais. Defenderam a realização de projectos culturais conjuntos com os países ACP.

IVA sobre as actividades culturais

Os deputados do PCP levantaram a questão das taxas de IVA que incidem sobre as actividades culturais, e das diferenças relativas que, a este respeito, existem nos diversos Estados-Membros.

Apoio à aprendizagem da língua materna

Os deputados do PCP fizeram eco das denúncias de diversas comunidades portuguesas, em diversos países da UE, quanto às crescentes dificuldades de garantia do ensino do português aos seus filhos, devido aos cortes orçamentais do governo português.

Abandono escolar precoce

Os deputados do PCP abordaram o problema do abandono escolar, cuja taxa se situa nos 14,4%, relacionando-o com as situações de pobreza e exclusão social.

Dificuldades na homologação de cursos inseridos no processo de Bolonha

Os deputados do PCP alertaram para situações de estudantes com cursos inseridos no processo de Bolonha que enfrentam grandes dificuldades para homologação desses mesmos cursos noutros países da UE.

Marca do Património Europeu

No debate sobre a instituição da Marca do Património Europeu, os deputados do PCP alertaram para os efeitos das políticas comunitárias, como a PAC ou a Política Comum de Pescas, entre outras, na destruição de importantes marcas da cultura dos povos europeus e de elementos vivos do seu património histórico-cultural, envolvendo, em alguns casos, a desestruturação, no decurso de uma geração, de comunidades costeiras e de comunidades rurais seculares.

Chamaram ainda a atenção para o facto de a cultura, como todos os fenómenos históricos, não ser feita de uma qualquer identidade homogénea e comum. Pelo contrário, é expressão de antagonismos, de conflitos e de contextos de dominação cultural.

Roteiro para a igualdade entre homens e mulheres

Os deputados do PCP procederam à avaliação dos resultados do roteiro para a igualdade entre 2006 e 2010 e avançaram com recomendações para o futuro.

Chamaram a atenção para os 85 milhões de pessoas em situação de pobreza, na sua maioria mulheres e crianças, resultado do desemprego, do trabalho precário, baixos salários, pensões e reformas a níveis inferiores ao rendimento mínimo de subsistência e dificuldades de acesso a serviços públicos de qualidade.

Instituto Europeu para a Igualdade de Género

O PCP questionou a Comissão Europeia sobre as competências do Instituto Europeu para a Igualdade de Género e sobre a situação das mulheres na UE, nomeadamente sobre as discriminações, designadamente salariais.

Luta contra a prostituição na UE

Os deputados do PCP chamaram a atenção para o problema da prostituição enquanto realidade indissociável das desigualdades sociais e de género que persistem na sociedade e que são causadoras de intoleráveis formas de violência e de opressão exercidas sobre as mulheres.

Chamaram a atenção para os efeitos da crise económica e social nos diversos Estados-membros no agravamento deste flagelo e exigiram medidas para o combater.

Avaliação do impacto das políticas na igualdade de oportunidades

O PCP, salientou a necessidade de serem desenvolvidas instrumentos de formação e execução para que todas as partes interessadas possam ter devidamente em conta, nos respectivos âmbitos de competência, a perspectiva baseada na igualdade de oportunidades para as mulheres e os homens, incluindo a avaliação do impacto específico das políticas nas mulheres e nos homens.

Discriminações salariais das mulheres

Os deputados do PCP denunciaram inúmeras situações de discriminação salarial entre homens e mulheres, insistindo na necessidade de medidas urgentes de combate as estas discriminações e de valorização do trabalho, seja através de revisão da directiva existente, seja da elaboração de planos sectoriais faseados, com metas precisas, visando acabar com as discriminações directas e indirectas, seja incentivando a contratação colectiva, a formação de conselheiros/as para a igualdade e a elaboração de planos de igualdade nas empresas e outros locais de trabalho.

Indicadores para a igualdade

Os deputados do PCP defenderam a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos e, quando tal for necessário, estatísticas com base no género fiáveis, comparáveis e disponíveis, que deverão ser utilizadas para o seguimento da aplicação da transversalidade da igualdade de género em todas as políticas.

Apoio à redução de mortalidade materna

Os deputados do PCP alertaram para o problema da maternidade materna, defendendo a consecução dos Objectivos do Desenvolvimento do Milénio neste domínio (reduzir a mortalidade materna em 75% até ao ano 2015).

Discriminação das mães trabalhadoras

O PCP denunciou o facto de várias empresas estarem a pôr em causa os direitos de maternidade, discriminando as mulheres que amamentam os seus filhos, retirando-lhes os prémios por assiduidade.

Impactos na política da igualdade

Os deputados do PCP questionaram a Comissão sobre as questões da igualdade de género relativamente à Estratégia 2020.

Mutilação Genital Feminina

Os deputados do PCP defenderam um maior envolvimento da UE no combate à MGF, propondo: o apoio à realização de inquéritos a nível nacional – que possam ser feitos em estreita colaboração com todas as partes interessadas – para avaliar a prevalência da MGF nos Estados-Membros; a realização de estudos para aumentar o conhecimento sobre a MGF; a troca de informações e boas práticas entre os Estados-Membros, nomeadamente desenvolvendo protocolos de saúde. Defenderam que esta questão deve ser considerada no âmbito da Ajuda Pública ao Desenvolvimento e de outras políticas sectoriais.

Perspectiva do género na agricultura

O PCP questionou a Comissão sobre as medidas previstas para garantir reformas dignas, tendo em conta a igualdade de género, aos agricultores e agricultoras que se reformem.

III

Actividade em Portugal

Açores

- Visita às novas instalações do DOP
- Encontro com bolseiros de investigação científica
- Reunião com a Federação Agrícola dos Açores
- Reunião com a Federação das Pescas
- Visita ao Observatório de Vulcanologia dos Açores
- Reunião com a associação ambientalista Azorica
- Reunião com a Associação de Agricultores do Faial
- Contacto informal com pescadores na lota
- Contacto e distribuição de documentos a passageiros da Transmaçor

Algarve

- Alcoutim: “Portugal a Produzir” – questões sobre desenvolvimento regional, construção da ponte de Alcoutim-San Lucár, encerramento de serviços públicos, etc.
- Reunião com a Direcção do Sindicato dos Pescadores: Relatório “A pesca costeira e artesanal e a reforma da PCP”
- Conferência Portugal e a Europa. Soluções para a crise, em Portimão
- Debate sobre o Tratado de Lisboa, Faro
- Reunião com IPIMAR
- Contacto com pescadores em Monte Gordo
- Olhão: Encontro com Cooperativa de Mariscadores e Pescadores da Ria Formosa
- Sessão Pública sobre o “Tratado de Lisboa”, em Vila Real de Sto António. António
- Sessão “A Política Comum de Pescas e o interesse nacional
- Reunião com Sindicatos. Pescas
- Tribuna Pública : Emprego/Desemprego/Sit. social
- Contacto com Pescadores em Albufeira, Porto de Pesca
- Reunião sobre Postos de alta tensão (J.F. de Messines)
- Contacto com pescadores, em Alvor
- Sessão Pública em Silves: Sobre a UE
- Contacto com pescadores em Quarteira
- Encontro com a União Sindicatos do Algarve
- Encontro com a Direcção e visita à Associação de Músicos (em risco de encerramento)

Aveiro

- Palestra sobre a UE, a crise e medidas – consequências para Portugal, Escola Sec. Dr. Mário Sacramento
- Sessão Pública em Águeda sobre “Política do FMI”
- Sessão esclarecimento Escola Sec. Dr. Jaime Magalhães Lima: Parlamento dos Jovens
- Debate Escola Sec. Dr. Mário Sacramento de Aveiro : Centenário da República
- Encontro c/ a Direcção Sindicato Metalúrgicos e trabalhadores da OLIVA, S. João da Madeira

- Encontro c/Sindicato Têxtil e trabalhadores da CALIFA, S. João da Madeira
- Encontro com estruturas de utentes sobre encerramento de Extensões Saúde, Oliveira de Azeméis
- Debate sobre as Questões económico-sociais em Portugal e UE, S. João da Madeira
- Encontro com ALDA e agricultores afectados pela salinização, marinha
- Encontro c/Comissão de luta contra traçado da A32
- Encontro c/Associação de Moradores Bairro Lameirinhas (amianto)
- Debate sobre as Questões económico-sociais em Portugal e UE
- Reunião com Direcção dos Bombeiros e Protecção Civil em Arouca (incêndios)
- Encontro com agricultores, Marinha de Ovar
- Encontro com pescadores, Esmoriz

Beja

- Encontro com Agência Regional de Energia do Baixo Alentejo
- Participação na iniciativa sobre recursos hídricos no Alentejo - Alvito
- Contactos com rendeiros da Herdade dos Machados, em Moura
- Encontro com enfermeiros, Hospital de Beja
- Tribuna Pública “Com o PCP, lutar contra as injustiças. Exigir uma vida melhor
- Debate “Lá se fazem, cá se pagam! O Tratado de Lisboa e a Estratégia 2020
- Encontro com a Associação dos Agricultores do Baixo Alentejo, Beja
- Encontro com a EDIA – Empresa de Desenvolvimento das Infra-estruturas do Alqueva, Beja
- Tribuna Pública “Com o PCP, lutar contra as injustiças. Exigir uma vida melhor
- Sessão Pública sobre o PEC e a situação política e social, Aljustrel

Braga

- Debate promovido pela Associação Comercial de Barcelos, Salão dos Bombeiros
- Encontro com desempregados em Pevidém
- Contactos na feira de Guimarães, no âmbito da Campanha Nacional (PCP)
- Contacto com Administração do Ave Park, Caldas das Taipas
- Contacto com Trabalhadores da empresa de Calçado Campeão, Guimarães
- Participação em Manifestação de Trabalhadores em Braga
- Reunião com a AI Minho, nas instalações da AIM
- Mini-comício junto à empresa Lima e Companhia, Pousada de Saramagos – Famalicão
- Visita à Empresa ANFILTEX
- Jantar c/Assoc, para o Desenvolvimento do Distrito de Braga, S, Torcato, Guimarães
- Encontro com desempregados do Têxtil junto Centro de Emprego de Barcelos
- Visita à Cooperativa Agrícola Barcelos
- Mini comício na Gabor, Silveiros, Barcelos
- Assoc. Municípios Quadrilátero Urbano de Braga, na CMB
- Encontro com ORT's da BOSCH, na União de Sindicatos de Braga
- Sessão Pública em Esposende, na sede da Junta de Freguesia de Forjães
- Visita a Freguesia Merelim Sampaio
- Encontro com Companhia Teatro Braga, no Teatro Circo
- Sessão Pública Sim à Paz não à Nato
- Encontro com APL e Produtores de Leite
- Reunião com Movimentos da Peneda-Gerês
- Mini-comício junto à empresa Lima e Companhia
- Encontro com Direcção dos Bombeiros e Protec. Civil em Terras de Bouro (Incêndios)
- Reunião com a U S Braga, nas Instalações da USB

Bragança

- Visita à Cooperativa Agrícola de Olivicultores de Vila Flor e Ansães
- Visita à Associação de Criadores de Bovinos de Raça Mirandesa
- Tribuna Pública “Bragança a Produzir”
- Visita a Canedo/Vinhais – Freguesia do Parque Natural de Montesinho e importante zona de produção de castanha
- Visita à “Rural Castanea”, Festa da Castanha, Vinhais
- Participação no Jantar organizado pela US Vila Real, no âmbito do 4º Aniversário da CGTP
- CASTELO BRANCO
- Encontro com a Direcção da ANIL ;
- Visita à DIELMAR ;
- Visita à PAULO DE OLIVEIRA (lanifícios), Covilhã;
- Sessão sobre o sector têxtil, lanifícios e vestuário no Distrito
- Encontro com a Comissão Sindical da Mina da Panasqueira;
- Encontro com a Direcção da Associação Distrital dos agricultores de Castelo Branco;
- Sessão Pública em Tortosendo

Coimbra

- Encontro sobre Agricultura e Mundo Rural, Coimbra
- Fórum Cidadãos “A Europa no Mundo”, em Coimbra
- Contacto com trabalhadores da POCERAM, Palácio da Justiça, Coimbra
- Reunião c/Direcção dos CTT – centro de Tratamento de Correio do centro em Taveiro
- Visita à Serra do Buçaco, freguesia do Carvalho-Penacova – contacto com a população
- Contacto c/trabalhadores dos CTT e ORTS no refeitório, Taveiro
- Jantar-Debate no âmbito do Encontro nac. Estudantes de Estudos Europeus, em Coimbra
- Encontro Cooperativa Produtores de Peixe do centro Litoral, Figueira da Foz

- Visita ao porto de Pesca da F. Da Foz
- Reunião c/Clube Náutico da Foz
- Reunião C/Instituto P.T. M.
- Encontro com a Comunicação Social, CT da Figueira da Foz
- Mesa Redonda sobre a PAC, em Coimbra
- Visita ao Bairro de Habitação Social da Fonte da Talha
- Participação em iniciativa dos Utentes do Hospital Distrital da Figueira da Foz
- Reunião com o Movimento de Defesa do Ramal da Lousã;
- Magusto da Comissão Concelhia de Coimbra

Évora

- Debate “A Reforma da PAC e as suas implicações para a agricultura portuguesa”, Elvas,
- Encontro com Associações de agricultores do Alentejo em Évora
- Visita à Adega Cooperativo do Redondo
- Tribuna Pública em Montemor sobre as questões da saúde e o eventual encerramento do SAP e extensões de saúde.
- Solidariedade com os trabalhadores da KEMET
- Visita às queijarias de Rio de Moinhos e reunião com os produtores locais
- Reunião com CNA
- Tribuna Pública em Évora
- Visita á FIAPE – Feira Internacional Agro-Pecuária e Feira de Artesanato de Estremoz
- Visita aos Cromeleques dos Almendres
- Reunião com os trabalhadores da ETCHA/ARJAL, Vendas Novas
- Reunião com Comissões de Utentes dos Serviços Públicos de Vendas Novas e Montemor e Com. Utentes em defesa da Água Pública do distrito de Évora
- Debate Estratégia UE 22, Arraiolos

Guarda

- Contacto com a população no mercado de Gouveia;
- Encontro com a Associação Cultural Luz Linar em Trancoso;
- Visita ao Museu de Foz Côa;
- Visita à Mina da Panasqueira;
- Contacto com trabalhadores da DURA, metalurgia, à porta da empresa;
- Contacto com trabalhadores do Contact Center, em Seia
- Encontro do PCP sobre “Cultura e Produção”, na Guarda
- Visita e Encontro Empresa PABI, S.A., Pinhel
- Debate c/trabalhadores no concelho de Seia sobre o Código do Trabalho, Pacto para o Emprego e medidas do PEC
- Sessão/Debate em Gouveia: serviços públicos, c/particular destaque para as questões da saúde devido ao encerramento do SAP de Gouveia

Leiria

- Peniche: audição sobre questões do mar (PCP)
- Debate Escola Sec. De Pombal –
- Debate na Escola Secundária de Peniche
- Visita à zona de descarga e vendagem da Lota de Peniche
- Sessão na Escola Marquês de Pombal, no Teatro Cine de Pombal
- Sessão na Escola Básica dos 1º,2º e 3º ciclos, Peniche
- Visita ao centro de Emprego das Caldas da Rainha –
- Reunião c/Dirigentes sindicais (União S. Leiria)
- Contacto com trabalhadores da KEYPLASTICS, á porta da Empresa (mudança de turno)
- Almoço com Dirigentes Sindicais

- Reunião com Dirigentes da Associação de Reformados – ASURPI – Marinha Grande e visita às instalações
- Encontro com Dirigentes do Sind. Pescas e pescadores, Porto de Pesca de Peniche
- Encontro Administração Da Empresa NIGEL
- Encontro c/os ORT da ESIP - European
- Audição sobre as Pescas, em Peniche
- Encontro com membros da Comissão Sindical da empresa Barbosa e Almeida
- Encontro com trabalhadores da empresa BONVIDA
- Visita à Feira Nacional de Artesanato e gastronomia da Marinha Grande, seguida de jantar
- Visita à empresa TALAMOLDE
- Encontro com dirigentes da ACIMG (associação do comércio e indústria da Marinha Grande).

Lisboa

- Debate com estudantes de jornalismo no Centro Jean Monnet, Lisboa
- Jantar “Mulheres” – Santa Iria de Azóia
- INETE, Lisboa: colóquio
- Contacto com trabalhadores da Comunicação Social, Lisboa
- Participação na Conferência REANP, Hotel Metropolitan, Lisboa
- Visita á EMEF e à SIEMEF: privatização da EMEF, produção nacional, concentração monopolista, condições de trabalho
- Aeroporto de Lisboa, reunião com a CT da SPDH, privatizações, direitos laborais, política europeia
- Almoço com Direcção do Sindicato dos Ferroviários – Pacote ferroviário
- Reunião coma Direcção do SINQUIFA,
- Reunião com a CNOD,
- Audição Relatório “Prevenção catástrofes naturais ou provocadas pelo homem”
- Debate na Escola D. Dinis, em Lisboa
- Reunião com Assoc. Spina Bífida, SPG
- Audição: área das mulheres
- Reunião com Soc. Portuguesa p/ o estudo das aves, em Lisboa
- Seminário “2000-2010 Década da estagnação económica e regressão social”, (PCP)
- Encontro com a ANEFA – Assoc. Nac. De Empresas Florestais, Agrícolas e do Ambiente,
- Conferência sobre o Tratado de Lisboa promovido pela Faculdade Direito do Porto
- Debate “120 anos contra a exploração. Pelos direitos dos Trabalhadores. Pelo progresso social”, Casa do Alentejo
- Acção de Contacto com os Utentes da Linha de Sintra, na Estação da Aigualva,
- Viagem na CP, até à Estação da Amadora, em defesa do transporte público;
- Reunião com Comissões de Utentes e eleitos locais dos concelhos de Amadora e Sintra, sobre as consequências da privatização da linha de Sintra
- Declaração pública, junto à portagem da A16, na Abrunheira
- Visita à Urmal
- Visita à empresa MarmoFelizardo
- Reunião Pública com a população, os trabalhadores e o Sindicato do Sector do mármore
- Reunião c/Sindicato dos ferroviários - Lisboa
- Aeroporto de Lisboa: reunião com CT da TAP e SPDH e deslocação ao Refeitório
- Aeroporto de Lisboa: Almoço com a CT da ANA
- Função Pública – Visita ao LNEC
- Debate sobre “PEC e Privatizações “, em Paço d’Arcos
- Encontro com Moradores da Damaia de Baixo
- Reunião c/ estruturas de Moradores de Stª Cruz, Damaia, Venda Nova, Alfovelos, Eleitos das Freguesias da Zona da CRIL,
- Visita/contacto populações da Vala do Carregado e obras de acesso á plataforma logística;

- Ponte de acesso á Central Termoelétrica / Contactos com a população.
- Iniciativa PCP/GUE sobre a Estratégia UE 2020– Lisboa, Hotel Zurique
- Colóquio em Vila Franca de Xira
- Congresso do MDM
- “WorkShop” organizado pela SPEA
- Vista ao Colégio Santo André na Venda do Pinheiro – disciplina de Biologia, 12º
- Visita à Escola Almada Negreiros, Lisboa
- Debate “Educar para a cidadania”, promovido pelo Banco Alimentar contra a fome” – Auditório do Diário de Notícias
- Iniciativa sobre a NATO -
- AR: CES – O futuro dos Serviços Sociais de Interesse Geral e os Desafios nas Convenções Colectivas na UE
- Iniciativa sobre o sector automóvel, Lisboa (PCP)

Litoral Alentejano

- Contacto com os trabalhadores da Câmara Municipal de Alcácer do Sal
- Visita a aterros de exploração de inertes
- Contacto com trabalhadores da REPSOL
- Visita ao Centro de Saúde de Sines e contacto com utentes
- Visita à Misericórdia de Santiago de Cacém
- Almoço com trabalhadores da C.M. de Santiago do Cacém – na ZIL em Santo André
- Visita ao H. L. A.
- Encontro com Agricultores em Alvalade-Sado
- Debate sobre Agricultura e o Mundo Rural com agricultores da Comporta/Carvalhal
- Contacto com trabalhadores da PETROGAL
- Contacto com pescadores na Carrasqueira
- Almoço com autarcas, membros de Assoc. Agricultores, Alcácer do Sal
- Encontro com ORTs na Sede do Sindicato dos Químicos
- Debate sobre Ambiente na Biblioteca de Santo André

Madeira

- Contacto com pescadores de peixe-espada preto, em Câmara de Lobos
- Deslocação à Madalena do Mar (Bº. Dos Pescadores)
- Deslocação a Paul do Mar (Zona do Cais e Bº. Da Hespanha) / Almoço
- Deslocação ao Caniçal, com visita ao porto de pesca
- Contactos com a comunidade piscatória de Machico
- Reunião com a GESBA
- Reunião com Assoc. Agricultores da Madeira
- Reunião com Assoc. Jovens Agricultores da Madeira e Porto Santo
- Encontro com Produtores de banana (Santa Rita – São Martinho)
- Visita à zona do Curral das Freiras – novos factores de agravamento da situação económica e social nas ultraperiféricas
- Audição Política sobre a caracterização do agravamento da situação económica e social na Madeira
- Reunião com a Direcção da Quercus/Madeira
- Visita á área ardida no parque Ecológico e Zonas Altas do Funchal
- Reunião com a Direcção da Delegação na RAM da Ass. Nac. Bombeiros Profissionais
- Reunião com o Serviço de Protecção Civil

Portalegre

- Visita à Cooperativa Agro-Pecuária Força Nova - Montargil
- Encontro com Dirigentes Sindicais, U S Portalegre
- Almoço de trabalho c/Dirigentes da CNA

- Visita ao Hospital de Portalegre
- Visita/Encontro com SERRALEITE
- Reunião com o Executivo da Junta Freguesia Galveias
- Acção com desempregados na Biblioteca de Ponte de Sôr

Porto

- Dia das Doenças Raras: debate, Porto
- Debate “Direitos das Mulheres”, em Espinho
- Debate na Escola de Baião
- Reunião com Adm. Da CP, Porto
- Conferência de Imprensa
- Reunião com CCDR – N –
- Visita ao Mercado do Bolhão Pato
- Encontro com pescadores e com a Associação de pescadores de Angeiras, Praia de Angeiras
- Reunião com a Direcção da Adega Cooperativa de Amarante
- Sessão Pública sobre a água em Recarei, Paredes
- Sessão Pública “Portugal e a Europa”, Valbom, Associação “Os Leões Valboenses”
- Projectção de filme sobre a crise, seguido de Debate e Jantar, CT de Gaia
- Visita à RAR, Porto
- Iniciativa A crise na UE e em Portugal. A luta pela alternativa – GUE/NGL - PCP
- Debate organizado pela USP, no Porto
- Debate “AS consequências sociais da crise e medidas alternativas urgentes”, Porto
- Debate na Escola Sec. António Sérgio, em Vila Nova de Gaia
- Audição sobre “A Estratégia Europeia para a Igualdade” – Relatório de Ilda Figueiredo
- Encontro com dirigentes do Sindicato da Hotelaria do Norte (temas: salários, horários, precariedade)
- Visita à Adega cooperativa de Santo Tirso
- Reunião com Sindicato dos Correios – SNTCT (temas: privatização serviços públicos, flexigurança)
- Sessão/Debate sobre “A situação económica e social em Portugal e na UE
- Visita aos Estaleiros Navais Samuel e Filhos (temas: emprego, pescas)
- Encontro com Comissão de Trabalhadores da MACVila e SINPICVAT - têxtil e vestuário
- Visita à VERCOOP – cooperativa das Adegas dos vinhos verdes
- Contacto com população no Mercado Municipal de S. Gonçalo, Amarante
- Encontro com Comissão de Utentes da Linha do Tâmega, Casa do Povo de Toutosa, Marco de Canaveses
- Encontro com a Comissão de Utentes da Linha do Douro, Auditório Municipal, Fornos, Marco de Canaveses
- Encontro com Comissão de Utentes da água pública, Auditório Municipal, Marco de Canaveses
- Encontro com Movimento de Utentes do Centro de Saúde de Gandra e Comissões de Utentes de Lordelo
- Reunião com dirigentes das Cooperativas da água do concelho de Paredes, na Junta de Freguesia de Todeia, Paredes
- Sessão de esclarecimento sobre a situação da água e saneamento no concelho
- Reunião com ANIVEC, Porto
- Debate promovido pela CNA, no distrito do Porto
- Congresso da CNA, Porto
- Distribuição no Centro de Emprego (Gaia);
- Encontro c/Associação Proprietários de Vila D’Este (Gaia)
- Visita à Legião da Boa Vontade
- Almoço comemorativo do 25 de Abril, Espinho
- Mesa Redonda sobre Pobreza e Exclusão Social em Matosinhos.

- Debate Escola Vilar de Andorinho, Biblioteca da Escola Básica de Vilar de Andorinho
- Iniciativa em S. Pedro da Cova
- Encontro MDM, Porto

Santarém

- Palestra promovida pelo Agrupamento de Escolas Gualdim Pais de Tomar
- Debate promovido pelo Instituto Politécnico de Santarém – Europe Direct
- Debate escola Mem Ramires, Santarém – Pobreza e Exclusão Social
- Debate sobre o Tratado de Lisboa – Externato da Benedita
- Visita à Feira Nacional da Agricultura, Santarém
- Iniciativa “Eu na Europa:”, Assoc. Juvenil H2, Concelho de Rio Maior
- Visita e Encontro com Adm. Da DAI
- Encontro com a Adm. Da AGROMAIS
- Encontro com Adm. da Companhia das Lezírias
- Encontro com a Adm. da COMPAL

Setúbal

- Visita à cooperativa de Habitação e contacto com os trabalhadores; reunião de trabalho e almoço, Costa da Caparica
- Sessão de esclarecimento no Clube 31 de Janeiro, Alto do Seixalinho, Barreiro
- Reunião com Teatro Extremo
- Visita à empresa COMIMBA, Comércio e Ind. De Bacalhau
- CM Moita: Encontro e visita à Frente Ribeirinha Moita-Rosário, ETAR (visita às obras)
- Jantar seguido de debate sobre as consequências da aplicação do Tratado de Lisboa
- Visita à Fundação João Gonçalves Júnior, Alcochete
- Encontro com trabalhadores da DELPHI, à saída da empresa, Seixal
- Encontro c/Assoc. Agricultores Dist. De Setúbal
- Jantar c/agricultores na Lagoa do Calvo, seguido de reunião-debate
- Contacto com trab. na Zona Ind. Dos Sete Portais, Barreiro, à porta da empresa.
- Encontro com trab. na colectividade de Palhais: situação social e impactos do Tratado de Lx.
- Participação no Seminário Internacional sobre as questões da paz, no Convento dos Capuchos, Costa da Caparica
- Debate – Dia Nacional da Água, em Setúbal, Museu Giacometti (Museu do Trabalho)

Viana do Castelo

- Viana do Castelo: Debate sobre as ENVC
- Contacto com os trabalhadores da LIONI, Viana do Castelo
- Tribuna Pública: PEC, Ponte de Lima
- Visita ao porto de Mar de Viana do Castelo
- Reunião c/Associação Empresarial de Viana do Castelo
- Reunião c/Câmara Municipal de Viana do Castelo
- Reunião com a União Sindicatos de Viana do Castelo
- Visita ao Soajo (incêndios)
- Visita à Adega Cooperativa de Ponte da Barca –
- Visita ao Portinho de Castelo do Neiva: contacto com os pescadores
- Encontro com dirigentes da Associação da Raça Maronesa;
- Debate promovido pela Escola E/B2,3 do Peso da Régua
- Visita à UTAD
- Contacto com trabalhadores á porta da Motometer (Vila Real);
- Visita ao Hospital de Chaves
- Iniciativa sobre o Douro
- Visita a Covas do Barroso – Encontro com a Direcção dos Baldios e População atingida pelos incêndios do Verão;

Viseu

- Visita ao Centro de Saúde de Stª Comba Dão
- Visita ao Centro Escolar Sul – Cancela.
- Visita ao Mega-Agrupamento e Reunião com a Associação de Pais do Agrupamento
- Reunião com a Unidade de Gestão Florestal Dão/Lafões
- Reunião com Com. Utentes da A23, A24 e A25
- Contacto com utentes no Centro de Saúde de Armamar
- Visita a Cooperativa de Frutas e Vinho
- Visita às obras do Novo Hospital de Lamego
- Visita à Unidade de Cuidados Continuados da Stª Casa da Misericórdia de Tarouca.